Comissão aguarda os processos

As outras prioridades do Congresso, como plano econômico do Governo, revisão e instalação de CPIs, estão atropelando os prazos dados pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para cassar os 17 deputados acusados pela CPI do Orçamento de manipular as verbas da União e infringir o decoro parlamentar. Sem contar os acidentes de percurso: o processo não pode ser deslançado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até que o plenário modifique a data das sessões ordinárias.

A tumultuada sessão de ontem do Congresso, que terminou tarde da noite, acabou adiando para a manhã de hoje a votação do

projeto de resolução que modifica os dias de sessão ordinária da Câmara. E ele só entra em pauta se tiver 252 deputados para abrir a sessão. Enquanto isso, o processo de cassação está emperrado na Mesa. A previsão era encaminhá-lo terça-feira mesmo para a CCJ, para que já ontem os acusados fossem notificados, passando a contar o prazo de defesa a partir de hoje.

Prazos — Para Inocêncio Oliveira, os prazos serão retomados. Ele tem repetido que política é dinâmica e a lógica acaba tomando seu rumo. Mas o fato é que a definição das sessões ordinárias precisa ser resolvida ainda hoje, para que ainda amanhã os acusados sejam notificados.